

Estratégia para inovar nos estudos das Indicações Geográficas através do método de pesquisa

SIDNEY LINCOLN VITORINO

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

ILAN AVRICHIR

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

Agradecimento à orgão de fomento:

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) -Código de Financiamento 001”.

Estratégia para inovar nos estudos das Indicações Geográficas através do método de pesquisa

Resumo

Fundamentação Teórica: Este ensaio é sobre métodos. Ele privilegia a abordagem teórica e baseia-se na pesquisa bibliográfica das importantes semelhanças e diferenças, entre as metodologias Pesquisa Participante e Pesquisa-ação. **Objetivos:** Esclarecer como é a aplicação dessas metodologias, e especificamente as diferenças ao usá-las como métodos de estudo em sistemas de Indicações Geográficas, já que os artigos atuais na sua maioria usaram a abordagem de Estudo de Caso e basicamente são qualitativos e narrativos. **Principais resultados:** Tanto a Pesquisa Participante quanto a Pesquisa-ação são métodos interessantes para uma compreensão prévia e singular com potencial de transformação, ao aplicá-las em organizações complexas como as IGs. Elas podem inclusive colaborar para a posterior geração de dados generalizáveis, quantificáveis e até teorias. Cabe ao cientista identificar, para cada situação, qual das duas metodologias poderá ser mais útil para a pesquisa. Se apresentou as limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras. **Contribuição teórica:** Se estabeleceu comparativos entre os dois métodos qualitativos que tem na sua essência a observação e a participação e, gerou-se um quadro conceitual que compara objetivamente as duas metodologias. **Relevância e originalidade:** Discutiu as implicações da aplicação dos métodos num sistema de Indicação Geográfica como inovação no campo de pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa-ação; Pesquisa Participante; Indicações Geográficas.

Strategy to innovate in Geographical Indications studies through the research method

Abstract

Theoretical Background: This essay is about methods. It privileges the theoretical approach and is based on bibliographical research into the important similarities and differences between Participant Research and Action Research methodologies. **Objectives:** Clarify how these methodologies are applied, and specifically the differences when using them as study methods in Geographical Indications systems, since the current articles mostly used the Case Study approach and are qualitative and narrative. **Main results:** Both Participant Research and Action Research are interesting methods for a prior and unique understanding with potential for transformation, when applied to complex organizations such as GIs. They can even contribute to the subsequent generation of generalizable, quantifiable data and even theories. It is up to the scientist to identify, for each situation, which of the two methodologies may be more useful for research. The limitations of the research and suggestions for future research were presented. **Theoretical contribution:** Comparisons were established between the two qualitative methods that have observation and participation in their essence, and a conceptual framework was generated that objectively compares the two methodologies. **Relevance and originality:** Discussed the implications of applying the methods in a Geographical Indication system as an innovation in the research field.

Keywords: Action research; Participant Research; Geographical Indications.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) –Código de Financiamento 001”.

1. Introdução

Este Ensaio Teórico tem o objetivo compreender a partir da comparação dos métodos Pesquisa Participante e Pesquisa-ação, as suas convergências, diferenças práticas e teóricas.

Refletir sobre quais dos dois métodos são mais interessantes para pesquisas em Indicações Geográficas – IGs. Espera-se trazer luz a problemas de desenvolvimento, territoriais e sustentabilidade, agravados em países de terceiro mundo, que buscam alternativas de solução e vislumbra nas IGs uma possível saída. O desafio a transpor nessa seara, reside em possibilitar que as IGs alcancem a certificação e consigam criar valor para os stakeholders, nesse caso específico os primários internos como produtores associados e externos como os demais participantes da cadeia produtiva e inclusive a sociedade local da região da IG.

É urgente inovar na pesquisa científica para que se possa atender as demanda advindas dos problemas de sustentabilidade do planeta nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Há de ser ter criatividade nos métodos e nas lentes teóricas, e imprimir celeridade numa dialética da teoria e a práxis. Resolver o problema do distanciamento entre o necessário para a sociedade, o que é praticado nas organizações e avançado na ciência (Thiollent & Silva, 2007).

As IGs são reconhecidas legalmente, por produzir um produto único e, servir como estratégia de desenvolvimento territorial (Giesbrecht et al., 2016). Apesar de haver críticas ao sistema sobre produtores que ficam a margem do beneficiamento (Neilson et al., 2018), e outros fatores como a falta de engajamento dos stakeholders primários e secundários (Malaguti & Avrichir, 2023). Parte dos problemas nas IGs brasileiras, podem derivar das questões de Cultura Nacional do País para cultura de não cooperação e não colaboração (Hofstede et al., 2010), diferente de uma cultura colaborativa (Strand & Freeman, 2015).

Realizar pesquisas estatísticas faz encontrar respostas objetivas, todavia em questões tão complexas como é o contexto e a multiplicidade de stakeholders das IGs. Realizar pesquisas qualitativas na essência dessas organizações podem elucidar problemas que nunca foram explicados antes. A Pesquisa Participante e a Pesquisa-ação têm a característica de mergulhar no problema e fazer emergir teorias do abstrato ao concreto e, podem ser úteis para desvendar essas realidades. Evoluindo o que tem sido feito pelos artigos atuais, que em sua maioria usaram a abordagem de Estudo de Caso e basicamente são qualitativos e narrativos (Fronzaglia & Fronzaglia, 2020).

A primeira seção desse ensaio se faz uma breve introdução aos temas; na segunda apresenta-se uma revisão dos temas: Indicações Geográficas, Pesquisa participante e Pesquisa-ação; na terceira foram apresentados os resultados da pesquisa, enquanto na quarta se fez a discussão a respeito delas; na quinta seção foram realizadas as considerações finais; e finalmente se apresentou as referências da pesquisa.

2. Referencial Teórico

Nessa seção, apresentam-se os principais conceitos das Indicações Geográficas da Pesquisa Participante e a Pesquisa-ação.

2.1. Indicações Geográficas

A Indicação Geográfica (IG) é um reconhecimento distintivo pela reputação de produzir um produto único ou diferenciado, dada as características geográficas e culturais de região (INPI, 2024). Ela faz parte de um dispositivo legal da lei de Propriedade Industrial criado para proteger e promover os produtos, os respctivos participantes da cadeia produtiva de uma ou mais cidades inclusas na IG (Bortololotti et al., 2023). Elas necessitam de proteção por produzir algo exclusivo, derivado de questões intrínsecas, naturais da geografia local e das tradições e ainda colaborar para o desenvolvimento territorial (Giesbrecht et al., 2016).

O sistema de IG existe há vários séculos e a primeira IG a ser reconhecida foi a IG do Vinho do Porto em Portugal em meados de 1870, posteriormente outras mundialmente famosas foram reconhecidas como: a IG das Sedas da Índia, a IG do Champagne da França; a IG da Tequila do México; e a IG do Vale dos Vinhedos do Brasil (Bruch, 2011). A IG não é criada,

ela trata-se de um reconhecimento a uma atividade já existente numa região, realizada por uma cadeia produtiva que gera um produto ou serviço distinto (Giesbrecht et al., 2016).

A Lei de Propriedade Industrial para IGs reconhece dois tipos de IGs, são elas as indicações de Procedência e a Denominação de Origem (INPI, 2024). Desde o último século o sistema de IG cresceu em número de reconhecimentos, tanto no Brasil quanto no mundo. A primeira IG a ser reconhecida no Brasil foi a do Vale dos Vinhedos para o Vinho no ano de 2002, atualmente já se reconheceu 114 IGs brasileiras até o momento dessa pesquisa (SEBRAE, 2024). Havendo uma perspectiva de potencial de mais de 400 IGs no Brasil (SEBRAE, 2021).

A Indicações de Procedência (IP) diz respeito a regiões reconhecidamente famosas por extrair, cultivar, produzir ou prover determinados tipos de produtos ou serviços em volume e/ou qualidade diferenciada, podendo haver outras regiões com produtos parecidos. Já a Denominação de Origem (DO) diz respeito ao reconhecimento de regiões que mesmo sem fama provem tipos de produtos ou serviços únicos. Produtos derivados exclusivamente por questões intrínsecas da geografia, como o tipo do solo, clima, bioma, altitude e inclusive tem que somar a estes fatores a tradição cultural no saber fazer, transferido por gerações (INPI, 2024).

Uma crítica ao sistema de IG é que as vezes mesmo beneficiando alguns stakeholders como exemplo os produtores, há uma grande limitação de conseguir engajamento de outros, tanto produtores quanto outros participantes da cadeia produtiva e, esse fato enfraquece a IG e as suas estratégias (Malaguti & Avrichir, 2023). Outra crítica é denominada o Lado Negro da IG, que promove a marginalização de alguns produtores, hora pela incapacidade diversa de cumprir aos requisitos, hora por estar mais distantes do foco do comércio da IG (Neilson et al., 2018). Há também a crítica que dado ao fato de a IG potencializar o aumento do preço dos produtos, este benefício reverbera aos não comprometidos com a IG e favorece o mercado negro, com produtos e insumos falsificados.

Inclusive o trabalho do Neilson et al. (2018) faz crítica ao sistema de IG numa robusta pesquisa em IGs da Indonésia, criticando o sistema e generalizando que elas permanecem num nível de maturidade que é impossível de promover o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade e, é possível notar que o estudo se ocupou de observar e relatar muito bem, os casos, e ainda que usasse a Teoria da Gestão da Mudança para analisá-los, no entanto, como tantos outros pesquisadores, não realizou nenhuma intervenção no intuito de promover a mudança nas IGs pesquisadas.

O fato é que as pesquisas sobre IG tem aumentado no mundo todo, na tentativa de gerar elementos teóricos que possam fazer dela um forte instrumento de desenvolvimento territorial, sustentabilidade regional e competitividade global. Bem como, na tentativa de lidar com as limitações e deficiências desse sistema no mundo, haja visto que alguns êxitos têm sido alcançados (Malaguti & Avrichir, 2023). Todavia, as pesquisas sobre IG são basicamente qualitativos e narrativos descritivos, são estudos de caso, por isso, propomos nessa pesquisa uma estratégia científica diferente a fim de que possa não apenas observar e descrever, mas também intervir ativamente para uma transformação positiva no sistema de IGs no Brasil e no mundo e, reduzir o lado negro e potencializar o desenvolvimento e a sustentabilidade.

2.2. Pesquisa-ação

As visões estritamente econômicas não dão conta de resolver os problemas da humanidade, elas têm deteriorado o meio ambiente e excluído grupos e indivíduos. É necessário impetrar novas alternativas teóricas e metodológicas que possa facilitar o acesso e a transformação da realidade agravada na sociedade. Neste sentido, é crescente o enfoque que leva em conta os stakeholders e as questões de sustentabilidade (Thiollent & Silva, 2007). A capacidade de ser perene é o que garante a sustentabilidade de qualquer projeto. Aquele que considera as questões econômicas, sociais, ambientais e de saúde. Além da produtividade, prevê e garantir a contrapartida dos recursos. A Pesquisa-ação traz luz ao problema da pesquisa

unilateral convencional que as vezes despreza ou explora o saber nativo. Dialoga de forma prática no ajuste e aplicação das soluções com legitimidade ética (Rowell et al., 2016).

2.2.1. Origem

Há incertezas de quem foi o precursor da metodologia de Pesquisa-ação, mas se acredita ter sido Lewin (1946) nos Estados Unidos, reconhecido pela maioria dos autores como o inventor da Pesquisa-ação. Todavia, há indícios de trabalhos anteriores na Europa (Felcher et al., 2017; Tanajura & Bezerra, 2015; Tripp, 2005). Segundo Tripp (2005) Stephen Corey foi discípulo de Kurt Lewin nos EUA e aplicou a Pesquisa-ação na educação, enquanto, no Brasil o sociólogo Michel Thiollent foi o principal pesquisador a usar a metodologia, posteriormente Tripp (2005) descreveu sistematizou o ciclo básico desse tipo de pesquisa.

2.2.2. Definição

A Pesquisa-ação é democrática porque envolve todos os participantes, pesquisador e pesquisado ficam no mesmo patamar, como co-pesquisadores e compartilham decisões e responsabilidades. Ela inova num tempo relativamente curto no processo que interfere buscando uma alternativa de contemporânea para um problema tradicional. E traz luz para problemas de sustentabilidade considerando os stakeholders primários, bem como os impactos deles e sobre eles (Tripp, 2005; Tanajura & Bezerra, 2015).

Esse tipo de pesquisa tem o caráter ético de possibilitar o alinhamento das alteridades entre os indivíduos, numa troca dialética de informações, à medida que dissemina os dados do processo e os impactos das ações, dá oportunidade para que os demais stakeholders tome ciência, opine e até interfira no processo de forma ativa, além se de consentir ser impactado, as vezes até de forma negativa por um bem maior do coletivo (Tripp, 2005).

A Pesquisa-ação é uma pesquisa orgânica e viva que contagia, transforma a realidade dos participantes e dos pesquisadores, inclusive na forma de pesquisar, ela não tem molde pré-definido, ela emoldura-se e define enquanto acontece (Picheth et al., 2016) A Pesquisa-ação é dinâmica e produtiva na produção de conhecimento ao lidar com equipes multidisciplinares e variados níveis de saber. Estabelece claramente os papéis, as modalidades e, o nível de participação de cada ator (Thiollent & Silva, 2007).

2.2.3. Objetivo

Esse método empodera o sujeito da pesquisa a partir das soluções aplicadas no problema estabelecendo uma nova prática a partir da evolução do conhecimento geral com pressuposto que todas as culturas são fontes de saber, não só na forma tradicional das pesquisas baseadas na geração do conhecimento verticalizado, mas disseminado a outros stakeholders muitas vezes à margem, ainda que o impacto seja diferente para cada stakeholders. Dialeticamente o conhecimento teórico e o prático se fundem para criar um conhecimento único, cíclico e em evolução (Brandão & Borges, 2007).

Nele espera-se tomar decisões de forma colaborativa entre pesquisador e pesquisados em pé de igualdade e não apenas como cooperadores que apenas cedem informação. O pesquisador tem autonomia para inserir-se no grupo e, é sensível ao reconhecer-se como parte desse sistema social, no qual investiga, descobre e conduz para uma solução. Muda com radicalidade num processo simples e rápido, no qual se estrutura o problema a fim de facilitar a compreensão dele e faz emergir novas formas de solução (Tanajura & Bezerra, 2015).

Na Pesquisa-ação se deseja conhecer a realidade e identidade sociocultural, nas suas diferentes dinâmicas e práticas sociais, quanto a língua, e forma de perceber e interpretar as coisas. Nela o conhecimento criado é testado e todos os envolvidos tem a suas competências individuais e coletivas desenvolvidas e, novas perspectivas e estudos são fomentados. A

participação é efetiva quando se relaciona diretamente com os indivíduos sem intermediários, os capacita e dá-lhes autonomia para agir sozinhos.

A Pesquisa-ação tem como principal objetivo a investigação na busca da solução iterativa, de forma dialética entre pesquisador e stakeholders, nela se estabelece claramente os papéis, as modalidades e, o nível de participação de cada ator (Thiollent & Silva, 2007). Trata-se de uma pesquisa colaborativa não autônoma em que os pesquisados não são apenas objeto, sem opinião, eles interferem ativamente como co-pesquisadores. Desenvolve potencial humano de todos os envolvidos e, evita o aumento da distância entre pesquisador, a ação, os fatos e os valores humanos (Tanajura & Bezerra, 2015).

Num sentido organizacional esse método é mais democrático, quando expande vertical e horizontalmente a sua ação (Tripp, 2005). Seja na dimensão do indivíduo ou da organização, o pesquisador deve garantir ser compreendido pelo público participante, independentemente do nível cultural, intelectual ou social dele, adaptando as técnicas e ferramentas de pesquisa para isso, dando a cada um deles a oportunidade de participar e contribuir com o seu saber (Tanajura & Bezerra, 2015).

2.2.4. Forma

A Pesquisa-ação precisa ser conduzida com análise e interpretação de dados adequados, válidos e confiáveis (Tripp, 2005). A Pesquisa-ação é realizada como um instrumento investigativo para pequenos grupos, é um mecanismo de transformação que produz uma conduta ativa para a melhoria da prática (Tanajura & Bezerra, 2015). Trata-se de realizar o desenvolvimento prático potencializando em casos que o pesquisador também é um profissional e busca resultados melhores para tal realidade (Engel, 2000).

Os atores envolvidos na Pesquisa-ação comprometem-se em diversas dimensões e intensidades de forma colaborando de forma ativa no processo de solução do problema com vistas para o futuro, levando em conta a complexidade da interação e dos impactos entre os stakeholders envolvidos. É preciso reconhecer a experiência, mas solucionar o conflito de olhar para o futuro, para projetar e selecionar os anseios que serão atendidos.

A Pesquisa-ação é bem utilizada para solucionar problemas na agricultura familiar ou pequenos produtores (Thiollent & Silva, 2007). Mas também para garantir que o desenvolvimento tenha o maior alcance possível e que inclusive menos pessoas sejam impactadas negativamente. Ela deve ter um caráter ético, com informação abundante durante o planejamento e contínua na execução do projeto, inclusive com uma troca dialética de informação bilateral, dando o direito de mesmo que um indivíduo seja prejudicado, ela possa saber em tempo e dar o seu consentimento em prol de um bem maior (Tripp, 2005).

A prática desse tipo de pesquisa não impõe a ação, ela só ocorre se for do interesse dos grupos, elaborada e praticada por eles. O papel do pesquisador é modesto, se o grupo não for capaz de fazê-la o pesquisador não pode fazer por eles, abandona-se a ideia de mudar os outros. Só há mudança se o ator quiser e consenti-la ao grupo (Thiollent & Silva, 2007).

Inova-se com a Pesquisa-ação ao se modificar contexto e resolve o problema, diferente das pesquisas tradicionais, nas quais pesquisador e pesquisado longe do objeto não interferem na realidade. Esse tipo de pesquisa entra no contexto do indivíduo para ressignificar o seu conhecimento e a prática, com aprendizagem colaborativa e cooperação constante (Felcher et al., 2017). Os indivíduos desenvolvem colaborativamente as alternativas de solução e as aplica e, não apenas cooperam pontualmente numa tarefa exclusiva (Tripp, 2005).

A cooperação e a colaboração é uma característica forte da Pesquisa-ação, porque a sua prática implica impactar vários indivíduos e não só aquele que diretamente a aplica. Numa cooperação o parceiro de pesquisa é apenas consultado, na colaboração ele é co-pesquisador e compartilha do compromisso com a pesquisa de forma igualitária (Tripp, 2005) Assim, facilita

inclusive o processo de comunicação que é uma obrigação do pesquisador que deve dar feedback constante dos processos e resultados (Valladares, 2007).

Na Pesquisa-ação o conhecimento criado é testado e todos os stakeholders envolvidos tem a suas competências individuais e coletivas desenvolvidas, novas perspectivas e estudos são fomentados. Nota-se nestes casos uma necessidade de atenção as diversas formas de participação dos atores e impactos que promovem e sofrem (Thiollent & Silva, 2007).

A Pesquisa-ação cria a oportunidade do aprendizado mútuo, porque ela é dialética na construção do conhecimento, os participantes aprendem ao ensinar e podem gerar novas respostas ou questionamentos. O método não se limita ao puro ativismo, ele busca desenvolver o campo teórico, o conhecimento dos pesquisadores, dos indivíduos e grupos envolvidos. E atende ao princípio de estimulação bilateral e de conduzir do problema abstrato para uma solução concreta, não é uma consultoria, é pesquisa científica (Picheth et al., 2016).

Ao se aplicar esse método deve-se deixar evidente com base nos valores dos participantes os seus valores, normas e critérios que aceitam, respeitam ou rejeitam cada envolvido. É importante atuar em parceria com profissionais sensibilizados aos desafios culturais da sua profissão e com disposição e humildade suficiente para transpor estas barreiras. Realizar um mapeamento cognitivo do problema sob a perspectiva de cada grupo de atores, encontrar a área comum, as divergentes e as complementares (Especialistas, Não especialistas e Pesquisadores) (Thiollent & Silva, 2007).

A Pesquisa-ação não é adequada para uma sociedade inteira, entidades nacionais ou internacionais. Ela tem características comuns a outros modelos de pesquisa, inclusive pode lançar mão do uso de algumas técnicas também comuns, todavia, ela deve ser claramente focada em promover o processo da mudança assumida pelo público-alvo. Esse método leva em conta desenvolver os fundamentos teóricos e, não é uma simples consultoria (Thiollent & Silva, 2007) e considera a possibilidade de repetição da descoberta restrita a contextos semelhantes (Filippo, 2011).

2.3. Pesquisa Participante

A Pesquisa Participante tem a finalidade da prática social, ela é um instrumento pedagógico politicamente formador, com caráter de empoderar movimentos populares. Ela busca processos amplos com uma abordagem participativa que considera as diversas partes interessadas e age de forma contínua e progressiva (Brandão & Borges, 2007). É crescente o enfoque em estudos acadêmicos que levam em conta ampliar o escopo de stakeholders e as questões de sustentabilidade, como faz o método de Pesquisa Participante (Thiollent & Silva, 2007).

Segundo (Brandão & Borges, 2007) são poucas as exceções em que os acadêmicos reconhecidos se distanciam da Pesquisa Participante, deixando uma lacuna na prática metodológica. Quão mais sofisticado o nível da pesquisa, o grau do pesquisador, ou a relevância da instituição acadêmica pesquisadora, menos incidentes é o uso dessa abordagem na busca de compreender os problemas populares. Esse fato torna oportuno utilizar a Pesquisa Participante já que ainda há muito espaço de estudo com esse método (Thiollent, 2022).

A relevância desse tipo de pesquisa reside na capacidade de ela ir além da teoria e impactar a prática. Inclusive, o Método Participativo na pesquisa científica é adequado a todas as áreas, especialmente no agronegócio (Thiollent & Silva, 2007). Ele é fundamental quando diferencia a área de estudo entre o campo social e o da gestão de negócios. A sua relevância e rigor metodológico é condição básica para a pesquisa (Thiollent, 2022).

É na hegemonia positivista pragmática que surge a crítica que sustenta as comunidades das interpretações qualitativas (Shimidt, 2006). A Pesquisa Participante é ideal para processos, amplos, cíclicos e contínuos, no qual se aspira o desejo de mudança e inspira-se o progresso compartilhado (Brandão & Borges, 2007). O construtivo e compartilhado não fragiliza o rigor,

pelo contrário, ele é o promover e desenvolver um meio social, para a partir dele transformar o todo, que deixa de ser como está (Brandão & Borges, 2007).

2.3.1. Origem

Apesar de não haver consenso, a maioria dos autores concorda que a origem da Pesquisa Participante se deu com Malinowski com o livro *os Argonautas no Pacífico Oeste*, posteriormente o método quase foi abandonada pela pressão positivista que o colocava em dúvida (Correia, 2009). Já na América Latina se deu em meados da década de 70 e 80 com Orlando Fals Borda e Paulo Freire que se destacou como promotor de fatos relevantes na evolução desse método (Brandão, 2008).

A Pesquisa Participante ganhou relevância no Brasil com foco na educação nas contribuições importantes de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e João Bosco Pinto e, recentemente no contexto organizacional (Thiollent e Colett, 2020), como em dois mundos diferentes a teoria e a prática por vezes se misturam e dialeticamente se constroem, todavia, a Pesquisa Participante teve-se mais envolvida no país pela Educação popular e atualmente na Educação Ambiental (Brandão, 2008).

O fato é que há uma necessidade latente, por transformar o sujeito-objeto em sujeito-sujeito. Há uma busca de reconhecê-lo como fonte de saber, na sua capacidade de evoluir dialeticamente de forma coletiva, e em contato com novas teorias, para gerar um novo saber. Por vezes, a Pesquisa Participante tem um foco popular e é reconhecida como, um serviço de apoderamento desses movimentos (Brandão & Borges, 2007).

2.3.2. Definição

A Pesquisa Participante é um caminho para a compreensão da pessoa ou grupo e a sua interação num determinado contexto de forma indutiva e compreensiva (Correia, 2008). Como técnica ou metodologia pode se complementar com entrevistas, análise documental. Nela há critérios como: atender a objetivos prévios, ser sistematicamente planejada quanto aos sujeitos, ter validação e verificação, precisão e controle (Correia, 2009; Felcher et al., 2017).

Nela o conhecimento popular coletivo evolui e se dissemina, eleva-se a um novo patamar em contínua e cíclica evolução (Felcher et al., 2017). O pesquisador convida outro sujeito a ser investigado e se insere no campo social e cultural dele, que ocupa o papel de informante, colaborador e interlocutor. O objeto da pesquisa não são os informantes, mas sim as suas práticas culturais, que torna este sujeito relevante dado o volume e qualidade de informação que ele possui (Schmidt, 2006).

Por isso, o tipo, nível e a qualidade da relação deles é importante (Valladares, 2007). A interação que inclusive pode usar abordagens neopositivistas é o artefato, que possibilita a construção do produto da pesquisa de forma dialética (Brandão & Borges, 2007). Nela reside o meio de inserir o pesquisador como nativo e criar relações de confiança, ainda que ele se mantenha curioso e desconfiado (Valladares, 2007).

O Método da Pesquisa Participante visa criar a condição ideal para a aceitação do pesquisador no contexto do problema, como parte dos grupos sociais. Para observar os fatos com o menor risco de alterá-los, pois não é foco o agir para a solução que é um pressuposto básico da Pesquisa-ação. Toda a Pesquisa-ação usa a técnica da participação, mas toda pesquisa denominada Pesquisa Participante não é uma Pesquisa-ação, uma vez que não tem como fim o planejar e implementar a ação (Thiollent, 2022).

Dialeticamente o conhecimento teórico e o prático se fundem para criar um conhecimento (Brandão & Borges, 2007). Numa dinâmica que o pesquisador não conhece o contexto, o grupo não conhece o pesquisador, ambos não conhecem o problema, e tão pouco o impacto e as motivações da sua ocorrência (Valladares, 2007). O pesquisador deixa de

descrever e passa a transcrever os fatos, ao passo que o informante o ensina ou instrui a respeito da prática (Shimidt, 2006).

A Pesquisa Participante é um tipo de pesquisa em que o pesquisador nunca impõe conhecimento e valores, ele cria com a comunidade pesquisada (Brandão & Borges, 2007). E aprende a lidar com os pequenos fracassos, na ausência de resposta, no conflito, na negação do acesso ou da própria informação (Valladares, 2007). É mais que desenvolver ou promover um meio social é a partir dele transformar o todo deixando de ser como está. Ainda que a pesquisa seja local e específica, ela busca formar agentes de transformação de vidas nos cenários sociais.

2.3.3. Objetivo

O objetivo é a transformação social, como meta de mudança, ainda que a pesquisa seja local e específica ela busca formar agentes de transformação de vidas nos cenários sociais. Promover o desenvolvimento da autonomia social, da capacidade de auto evoluir (Brandão & Borges, 2007). Na Pesquisa Participante o ponto de partida deve ser o contexto original do sujeito da pesquisa, na vida e experiências reais históricas vivenciadas pelo ponto de vista das próprias pessoas, individuais e coletivas (Brandão & Borges, 2007). O professor pesquisador aprende enquanto ensina (Felcher et al., 2017). Funciona como instrumento pedagógico que aprende enquanto observa e ensina enquanto se aplica (Brandão & Borges, 2007). Na Pesquisa Participante é importante um olhar curioso em que se duvida e aprofunda mais em busca do saber (Brandão, 2008).

2.3.4. Formato

A Pesquisa Participante tem foco na interação e integração dinâmica da vida social, com finalidade prática e teórica. Nela o pesquisador deve ter autonomia para inserir-se no grupo, mas reconhecer-se como parte do sistema social que está inserido, para poder investigar, descobrir e conduzir colaborativamente para a solução, livre de qualquer preconceito. O tempo é fundamental, para observar e compreender o grupo pesquisado, neste caso, uma observação longitudinal é mais adequada, do que o retrato instantâneo (Brandão & Borges, 2007).

Nesse método o pesquisador é o próprio instrumento de pesquisa, com sensível percepção do que e quando perguntar e inclusive o que não perguntar. A complexidade da Pesquisa Participante se dá em entender o enredo que os fatos se dão, como decisões importantes são tomadas em encontros singelos de grupos informais, porém gerados a partir de complexas redes de relacionamento (Valladares, 2007).

Nesse tipo de pesquisa a interação é um requisito, como um artefato que possibilita a construção do produto, precedida por uma autoanálise. É preciso inserir-se como nativo e criar relações de confiança, ainda que faça parte manter-se curioso e desconfiado. As indagações feitas pelo pesquisador, o seu comportamento ativo e reativo conduz às respostas e aos achados que emergem. É necessário aprender a lidar com os pequenos fracassos, na ausência de resposta, no conflito, na negação, informação ou do acesso a ela (Valladares, 2007).

Na Pesquisa Participante o pesquisador precisa ser sensível a tudo e colocar os sentidos em uso e a prova: ver, ouvir, cheirar, tocar e até experimentar. Eles são instrumentos de coleta e contribuirão para gerar informações e a formação da opinião sobre elas. Ao usar esse método o pesquisador precisa ser sensível a tudo: ver, ouvir, cheirar, tocar e até experimentar. Colocar os sentidos em uso e a prova. Eles são instrumentos de coleta e contribuem para a formação da opinião e informações que serão geradas. A prática da Pesquisa Participante é complexa e exige a gestão dos dilemas práticos em dialética com a teoria (Valladares, 2007).

O registro é um requisito da Pesquisa Participante: Frases, palavras-chave, sinais, fatos, comportamentos ou mesmo a ausência deles formam uma base, ou codificação que colaboram para compreensão e interpretação da complexidade do problema (Correia, 2009)

Na aplicação desse método as pessoas têm diferentes papéis, colaboram na descoberta científica, mas também são detentores do conhecimento (Felcher et al., 2017). Os agentes populares ocupam diferentes papéis nas esferas de poder (Brandão & Borges, 2007). Deve haver uma pessoa que será denominada como “DOC” que é um indivíduo com o papel de facilitador e mediador da relação entre pesquisador e pesquisados. Seus papéis são: Intermediar, informar, colaborar, influenciador e assistente informal (Valladares, 2007).

O pesquisador se faz o próprio instrumento da pesquisa (Correia, 2009). Funciona como instrumento pedagógico que aprende enquanto observa e ensina enquanto se aplica (Brandão & Borges, 2007). Ele tem um papel de pessoa de fora, ou seja, ainda que inserido no meio, não deve tentar ser um integrante dos grupos, e querer enganar a si nem aos pesquisados (Valladares, 2007). Deve manter o foco na interação e integração dinâmica da vida social (Brandão & Borges, 2007).

Quanto ao processo, uma pré-pesquisa, se denomina como exploratória do contexto (Valladares, 2007). Mas deve haver um contato direto, frequente e longo o suficiente para eliminar subjetividades e supostas deformações do contexto (Correia, 2009). O pesquisador é questionado para quem serve as entrevistas, em que nível de impacta e a sua abrangência, logo a comunicação deve ser abundante e ao final, o feedback é um requisito do produto (Valladares, 2007).

3. Resultados

Nessa seção apresenta-se os resultados da comparação das duas metodologias quanto as diferenças e semelhanças teóricas e em aplicação prática.

3.1. Pesquisa-ação em comparação a Pesquisa Participante

Os métodos de Pesquisa Participante e Pesquisa-ação são essencialmente parecidos, mas obviamente não são iguais e, as suas principais diferenças estão na entrega, aplicação e validação dos avanços científicos. Esta diferença implica na habilidade do cientista em escolher e aplicar o método mais adequado em cada tipo de pesquisa: se o objetivo principal for inovar no campo teórico, sem maior comprometimento com um público específico e um problema particular, o melhor método é a Pesquisa Participante; no entanto, se o objetivo for inovar num problema particular e gerar uma teoria e possivelmente com potencial de ser reproduzido em contextos diferentes, o que a teoria denomina *recoverability* (Holwell, 2006) a melhor opção para este ele será a Pesquisa-ação, conforme a Figura 1.

Conceito	Pesquisa Participante	Pesquisa-ação
Objetivo principal	Gerar teoria	Mudar a prática e gerar teoria
Abordagem qualitativa	Sim	Sim
Técnica de Observação	Sim	Sim
Rigor científico	Possui	Possui
Generalização	Sim, por <i>recoverability</i>	Sim, por <i>recoverability</i>
Tempo de empreendido	Longo	Períodos curtos
Autonomia do pesquisador	Sim	Não, mas pode interferir
Colaboração do investigado	Não, ele é apenas passivo	Sim, ativamente
Participação do investigado	Sim, como fonte de dados	Sim, ativamente
Vivência no lugar do outro	Sim, requisito	Não necessariamente
Inovação teórica	Sim	Sim
Inovação prática	Não aplicada	Sim
Validação da teoria	Não testada	Sim

Figura 1. Quadro de comparação conceitual
Fonte: Dados originais da pesquisa

3.1.1. Objetivo do método

A Pesquisa-ação colabora para avaliar o problema e capacitar o agente para transformar a situação empírica, com o princípio de bilateralidade estimula duplamente e contribui para que se possa materializar e emergir o concreto que está velado no abstrato (Picheth, 2016). A Pesquisa Participante tem a função de fundir conhecimento prático e teórico de forma dialética, mas só a Pesquisa-ação objetiva inovar com a aplicação da ação a partir de uma problematização da realidade para transformá-la. Na Pesquisa Participante há interação construtivista a fim de construir um pensamento de uma nova prática, mas o limite da evolução está limitado à competência do pesquisador em observar, interpretar e propor soluções como descoberta. Ambas as metodologias têm a capacidade de empoderar os participantes para a prática de uma nova dinâmica, mas só a Pesquisa-ação válida, na prática, o empoderamento e pratica a iteração na qual a cada ciclo inicia-se de um ponto mais desenvolvido de forma contínua como um instrumento pedagógico e dialético.

3.1.2. Objeto da pesquisa

Em ambas as metodologias a pesquisa se dá no ambiente real, no complexo contexto do cenário relacional em que se dá o problema nas suas diversas dimensões. Os participantes são observados, mas não são eles o objeto da pesquisa. As interações das pessoas na lida do dia a dia, o processo e as tarefas no desenrolar das atividades, são o objeto da pesquisa (Picheth, 2016). Na Pesquisa Participante pressupõe maior autonomia do pesquisador do que na Pesquisa-ação, enquanto na Pesquisa-ação a construção e a responsabilidade da construção do conhecimento são colaborativas e compartilhadas entre os sujeitos da investigação e inclusive o pesquisador.

3.1.3. Quanto ao Pesquisador

- Autorização: Em ambos os métodos de pesquisa o pesquisador, na prática da pesquisa, seja na Pesquisa-ação, ou na Pesquisa Participante, necessita da autorização formal para realizar o trabalho (Brandão, 2008);
- Envolvimento: Ao enquadrar-se, o pesquisador se envolve e compromete-se a reconhecer-se no lugar do outro, dependendo do nível de participação escolhido por ele

para a pesquisa. Na Pesquisa Participante ele pode decidir viver a experiência do outro na plenitude das atividades, apesar de não intervir para solucionar o problema, enquanto, na Pesquisa-ação essa prática não é comum com tamanha imersão, o pesquisador tem o papel de facilitador do processo de identificação, ação e solução do problema e é comum restringir o seu envolvimento apenas a esse processo, ele foca na ação planejada, de uma intervenção com mudanças dentro da situação real (Marietto, 2018; Schmidt, 2006).

- **Competências:** Os métodos participativos exigem do pesquisador competências que não são necessárias em métodos positivistas. Há de se possuir habilidades de relacionamento, empatia, alta capacidade de análise reflexiva e autoanálise, a capacidade de observar detalhes e concretizar o abstrato, além de poder, traduzir as informações para comunicar-se e disseminá-las de forma que possa ser compreendido por todos, independentemente do nível cultural, intelectual ou social.
- **Conhecimento Teórico:** Tanto no Método de Pesquisa-ação quanto Pesquisa Participante, o pesquisador tem a missão de gerar conhecimento teórico e, comunicar esse conhecimento gerado para o grupo participante da pesquisa (Filippo, 2011). Na Pesquisa-ação ele precisa aplicar na prática a teoria.
- **Conhecimento Prático:** Na Pesquisa-ação o pesquisador conduz a pesquisa e faz uso de técnicas científicas, teorias e aplica a sua expertise em solução de problemas organizacionais, para que de forma colaborativa ele e o próprio grupo de participantes encontre e aplique o plano de resolução, com iteração até que se alcance a solução efetiva do problema e se gere um novo conhecimento prático. Já na Pesquisa Participante, o pesquisador, de posse do conhecimento teórico gerado a partir da observação e diversas técnicas de coletas de dados, cria e propõe estratégias teóricas de solução, mas não as aplica. Cabe ao grupo, após tomar posse do conhecimento teórico comunicado pelo pesquisador, empreender nas respectivas soluções ou não, neste caso sozinhos sem a companhia do pesquisador.
- **Interação:** A Pesquisa-ação avança em forma contínua com ciclos de iteração (Há um ganho de conhecimento e reflexão para o próximo nível a cada ciclo), enquanto na Pesquisa Participante o grupo interage sem a intervenção para que o pesquisador possa compreender o processo na sua essência e entregar como devolutiva uma alternativa teórica, que posteriormente o grupo poderá decidir utilizar.

3.1.4. Antes do processo da pesquisa de campo

- **Previamente:** Em ambas as pesquisas é necessário haver o aceite do pesquisador no contexto; delimitar o escopo da pesquisa a nível de população, área, e nível social; definir as tecnologias a serem utilizadas; investigar os locais a serem visitados, os tempos das incursões; escolha a forma de apresentação dos pesquisadores; como serão registrados os dados da pesquisa; e enfim o tempo ideal da pesquisa.

3.1.5. O processo no campo

- **Acordo:** Na Pesquisa-ação os valores dos participantes devem ser explicitados, as normas, os critérios que aceitam, respeitam ou rejeitam cada um deles, para garantir que ninguém tomará uma atitude que prejudicará outro, sem que o prejudicado saiba e dê o seu livre consentimento, o acordo colabora para garantir o rigor da pesquisa. Na Pesquisa Participante está ligado ao aceite do pesquisador no campo e é ideal que ele tenha um mediador denominado Doc, além de ser um informante.
- **Participação:** Na Pesquisa Participante o investigador se insere no grupo e vive a situação concreta; observa e registra tudo, tem direito de voz e pode assumir um papel; o grupo conhece e concorda com os propósitos da pesquisa; pode haver vínculo antes

da pesquisa; e deve se relatar os resultados da pesquisa. Na Pesquisa-ação o pesquisador faz parte do grupo como pesquisador, observa e registra tudo e pode intervir para melhor conduzir ao caminho, mas as construções são feitas de forma coletiva na colaboração e participação do grupo.

- **Comportamento:** É útil ter no grupo profissionais sensibilizados aos desafios culturais da sua profissão e com disposição e humildade para transpor tais barreiras. E enfim, realiza-se um mapeamento cognitivo do problema sob a perspectiva de cada grupo de atores, encontrar a área comum, as divergentes e as complementares dos especialistas, não especialistas e inclusive dos pesquisadores (Thiollent e Silva, 2007). Na Pesquisa Participante a rotina e as relações devem sofrer a menor interferência possível, não se faz perguntas ou interrupções (Marietto, 2018), cabe ao pesquisador colocar os sentidos em uso e a prova, eles são instrumentos de coleta e contribuirão para a formação da opinião e informações que serão gera. Na Pesquisa Participante a complexidade dos comportamentos exige a gestão dos dilemas práticos em dialética com a teoria pelo pesquisador, para compreender o enredo que os fatos se dão, como decisões importantes são tomadas em encontros singelos de grupos informais, porém poderosos circunstante de complexas redes de relacionamento, por isso, é aconselhável uma rotina fiel do pesquisador ao passo que ele também é um dos pesquisados e constantemente observado (Valladares, 2007).
- **Tempo:** A Pesquisa Participante exige o mergulho do pesquisador na realidade do grupo, a vivência da experiência no contexto do outro, para que no processo se observa, traduza e transcreva com o mínimo de interferência possível aquilo que se vive na prática. Essa experiência exige um tempo razoável, para ganhar a confiança do grupo e presenciar com tal profundidade a realidade. Na Pesquisa-ação o processo é mais curto, há um mergulho na realidade do outro, mas de forma colaborativa e partilhada se explora o problema no contexto, cria-se hipóteses, um plano de ação, aplica-o e reavalia. Para que, se houver a necessidade, se reaja de forma iterativa e evolua do estágio inicial para um inovado e reinicie o processo, quantas vezes forem necessários até que se atinja ou não o objetivo definido como solução do problema. No qual Barbier (2002, p. 55) propõe radicalidade na mudança com um processo simples e rápido, no qual se estrutura o problema a fim de facilitar a compreensão dele e fazer emergir em colaboração novas formas de solução.
- **Ciclos:** Na Pesquisa-ação os ciclos previamente programados são fechados e a cada rodada, espera-se uma evolução do conhecimento prático e teórico até que se atinja o ponto esperado e a respectiva solução do problema, o pesquisador deve ser atento para diluir os dilemas práticos e teóricos apresentando ferramentas que possam colaborar para o alcance da solução em cada tarefa e, um especialista em resolução de conflitos para conduzir os participantes ao consenso. Enquanto na Pesquisa Participante, este ciclo acontece apenas na perspectiva do pesquisador, que repete as observações, participações e diversas outras formas de coleta até se possa refinar as categorias especificadas anteriormente, a cada encontro em no máximo três horas o pesquisador deve revisar e expandir as anotações.
- **Contingência:** É importante em ambas as pesquisas haver um plano de contingência para os locais da observação, da interação e iteração, bem como para as tecnologias utilizadas na pesquisa (Marietto, 2018).

3.1.6. Pós-processo da pesquisa no campo

- **Revisão:** Em ambos os métodos a atenção se dá em observar as fontes de poder, as redes de relacionamento e locais em que se dão os acordos, neste caso as notas e revisões podem ajudar a fazer emergir elementos não percebidos durante o processo. Todavia,

na Pesquisa-ação é durante o processo que se soluciona as divergências a cada encontro e se alcança o consenso, diferente da Pesquisa Participante em que não se interfere, mas esta observação e revisão é muito importante para fazer emergir mais do abstrato para o concreto (Marietto, 2018).

4. Discussão dos Resultados

Nessa seção apresenta-se a discussão comparativa a respeito das metodologias

4.1. As principais convergências entre a Pesquisa Participante e a Pesquisa-ação

A principal convergência é que se pode ser percebida com essa pesquisa a respeito dos dois métodos científicos com abordagens qualitativas quanto a Pesquisa Participante e a Pesquisa-ação foram, o fato de ambas terem na sua essência a Pesquisa Participante como método e técnica, ainda que varie em grau de nível de comprometimento, na prática de colaboração e cooperação compartilhada. Acreditamos que essa essência similar é inclusive o motivo pelo qual alguns trabalhos cometem a falha de se apresentar como um método e praticar o outro, no uso das diversas variações das nomenclaturas, gerando confusão no meio acadêmico.

Ambas exigem alta capacidade de análise do pesquisador, na medida que ela é determinante para o sucesso da pesquisa. Nas quais ele precisa tornar concreto o abstrato, estar sensível ao detalhe implícito na relação, no comportamento dos participantes, no contexto e no impacto desta interação. A ausência dessa capacidade pode tornar a pesquisa superficial, abstrata, subjetiva, sem sentido e não contribuir nem para a ciência e tão pouco para a prática. Todavia, esta elevada capacidade e o comprometimento do pesquisador pode em ambas as metodologias gerar avanço no campo teórico e isso as torna muito importante e a capacidade de análise do pesquisador muito relevante.

Tanto a Pesquisa Participante quanto a Pesquisa-ação, são aplicáveis nos diversos campos teóricos, seja no campo das Ciências Sociais, ou Aplicadas e da Saúde. Elas investigam com rigor científico, poder de descoberta e inovação teórica. Não há distinção de campo, nem para um ou para o outro método, quanto a sua capacidade de eficiência científica, há, sim, distinção de objetivos de descoberta tornando um método preferível ao outro e especialmente caso se deseje testar a teoria que emerge da pesquisa.

Ambos os métodos têm caráter de iteração, mesmo que em momentos diferentes. A Pesquisa-ação faz a interação simultaneamente, enquanto aplica a pesquisa e evolui o conhecimento de forma cíclica a cada rodada, já a Pesquisa Participante se propõe a gerar a evolução do conhecimento no final, ainda que não aplique e nem teste a teoria. Além disso, as convergências se dão nas diversas técnicas de coleta, triangulação e análise de dados utilizados na pesquisa, exceto em algumas como a aplicação e validação da teoria para a mudança imediata, na prática.

4.2. As principais diferenças entre a Pesquisa-ação e Pesquisa Participante:

Apesar de haver iteração e avanço de conhecimento nos dois métodos de pesquisa, por eles serem entregues em momentos diferentes. O normal é haver interação constante na Pesquisa Participante e na Pesquisa-ação durante a pesquisa, mas só na Pesquisa-ação a iteração e evolução do conhecimento acontece em cada ciclo de investigação, elevando pela tarefa de reflexão sobre o resultado pontual de cada fase.

Há estratégias únicas para cada uma das metodologias que seria impossível utilizar na outra, por exemplo: a observação não declarada na Pesquisa Participante, onde o pesquisador se insere no meio e os investigados não sabem que se trata de um pesquisador, isso seria

impossível se fazer na Pesquisa-ação, pois o pesquisador precisa ser declarado facilitador do processo cooperado e compartilhado de investigação e descoberta pelo grupo.

A possibilidade de teste da teoria criada a partir do estudo é um privilégio do método de Pesquisa-ação. A Pesquisa-ação gera um conhecimento evoluído a partir da iteração e reflexão e inova tanto na teoria quanto, na prática, porque, ainda durante a pesquisa, valida a teoria. Enquanto, a Pesquisa Participante, identifica e propõe teorias para a solução do problema teórico, na prática, no entanto, não o testa na prática.

5. Considerações Finais

A Pesquisa Participante situada no campo dos estudos qualitativos possibilita uma observação dinâmica entre história e perspectivas, com a captação em movimento, com ela compreende-se muito mais do que se pode verificar estatisticamente e, o pesquisador tem maior autonomia nos objetivos da pesquisa. Enquanto na Pesquisa-ação, estes objetivos são determinados em parceria com o grupo e colabora na formulação do problema prático; dos objetivos; levantam os dados; fazem reuniões, seminários, assembleias e discutem em grupo específicos; discutem, interpretam e reflete sobre os resultados de forma compartilhada, a fim de gerar e implantar uma solução efetiva (Peruzzo, 2017). Uma abordagem qualitativa que usa a observação, seja ela Pesquisa-ação ou Pesquisa Participante para compreender o problema é ideal para a Indicação Geográfica complexa em números de stakeholders e dinamismo de relações, tem na sua essência a identidade do produto denominada “*Terroir*”, derivada tanto do meio ambiente natural, quanto do social advinda do saber fazer, que é transmitido de geração em geração pela tradição. Porque em situações de relevância para o impacto na sustentabilidade territorial, sob o tripé econômico, ambiental e social, é importante e urgente gerar teorias gerais, mas urgentemente importante gerar soluções práticas e aplicá-las. Em organizações complexas como as IGs há a necessidade de uma compreensão prévia e singular, a fim de que se possa gerar dados posteriormente quantificáveis e generalizáveis e inclusive teorias, tanto a Pesquisa Participante, quanto a Pesquisa-ação tem potencial para atender a estes requisitos iniciando por uma exploração qualitativa. Cabe ao cientista identificar para cada caso qual das duas metodologias poderá ser mais útil em cada caso. Este trabalho sem a pretensão de esgotamento científico, deixa como contribuição teórica o esclarecimento comparativo entre os dois métodos qualitativos que tem na sua essência a Pesquisa Participante, a implicação da aplicação deles num sistema de Indicação Geográfica como inovação no campo de pesquisa e, gerou um quadro conceitual que comparou objetivamente as duas metodologias nesse tipo de pesquisa. Uma sugestão que se deixa aqui neste trabalho é que em futuras pesquisas em que se aplique a Pesquisa Participante, tenha como propósito avançar posteriormente para uma Pesquisa-ação sempre que possível, e que os pesquisadores se mantenham atentos para a oportunidade de quando forem direto para a Pesquisa-ação investir esforço no rigor científico para garantir a possibilidade de se gerar conhecimento com *recoverability*, especialmente se tratando de sistemas complexos, porém comuns como os de Indicações Geográficas. Sem dúvidas este trabalho encontrou diversas limitações, mas a principal delas foi a limitada quantidade de estudos disponíveis com o uso dessas metodologias de pesquisa, especialmente no campo das Indicações Geográficas.

Referências

- Bortololotti, A., Chwartzmann, A. E., Moreira, A. de O. S., Kretschmann, Â., Barcellos, C. A. L., Brandão, C. G., & Oyarzábal, D. S. (2023). *Guia prático de propriedade intelectual da CEPI-OAB/RS* (Brusch Kelly Lissandra (Org) & F. (Org) Perozan, Orgs.). OAB- Ordem dos Advogados do Brasil.
- Brandão, C. R. (2008). Pesquisa participante. Em *Escritos da Rosa dos Ventos*. www.apartilhadavida.com.br
- Brandão, C. R., & Borges, M. C. (2007). A pesquisa participante um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6(1), 51–62.
- Bruch, K. L. (2011). *Signos distintivos de origem: Entre o velho e o novo mundo vitivinícola* [Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115635/000828190.pdf?sequence=1>
- Engel, G. I. (2000). Pesquisa-ação. *Educar em Revista*, 16, 181–191.
- Felcher, C. D. O., Ferreira, A. L. A., & Folmer, V. (2017). Da Pesquisa-Ação à Pesquisa Participante: Discussões a partir de uma investigação desenvolvida no Facebook. *Experiências em Ensino de Ciências*, 12(7), 1–18.
- Filippo, D. (2011). Capítulo 26. Pesquisa-ação em sistemas colaborativos. Em *Sistemas Colaborativos* (Vol. 1, p. 450–466).
- Fronzaglia, T., & Fronzaglia, T. (2020). Desafios da avaliação das indicações geográficas: uma revisão da literatura. *Propriedade intelectual, desenvolvimento e inovação: desafios para o futuro*, 129.
- Giesbrecht, H. O., Minas, R. B. A. de, Gonçalves, M. F. W., & Schwanke, F. H. (2016). *Indicações geográficas brasileiras* (S. B. de A. a M. e P. E. SEBRAE & I. N. de P. I. INPI, Orgs.; 5ª Ed., Vol. 1). SEBRAE.
- Hofstede, G., Garibaldi de Hilal, A. V., Malvezzi, S., Tanure, B., & Vinken, H. (2010). Comparing regional cultures within a country: Lessons from Brazil. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 41(3), 336–352. <https://doi.org/10.1177/0022022109359696>
- Holwell, S. (2006). Themes, iteration, and recoverability in action research. Em B. Kaplan, D. P. Truex III, D. Wastell, A. T. Wood-Harper, & J. I. DeGross (Orgs.), *Information Systems Research: Relevant theory and informed practice* (p. 353–362). IFIP- International Federation for Information Processing.
- INPI, I. N. de P. I. (2024). Manual de Indicações Geográficas. Em *Indicações Geográficas*. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki/02_Indica%C3%A7%C3%A3o_Geogr%C3%A1fica_e_esp%C3%A9cies_de_registro
- LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996, Pub. L. Nº. L9.279, 1 (1996). www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm
- Lewin, K. (1946). Action Research and Minority Problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34–46. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1946.tb02295.x>
- Malaguti, J. M. A., & Avrichir, I. (2023). *Engajamento de stakeholders: Indicações geográficas dormentes à luz da teoria* [Tese]. ESPM- Escola Superior de Propaganda e Marketing.
- Marietto, M. L. (2018). Observação Participante e Não Participante: Contextualização Teórica e Sugestão de Roteiro para Aplicação dos Métodos. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 17(04), 05–18. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v17i4.2717>
- Neilson, J., Wright, J., & Aklimawati, L. (2018). Geographical indications and value capture in the Indonesia coffee sector. *Journal of Rural Studies*, 59, 35–48.
- Picheth, S. F., Cassandre, M. P., & Thiollent, M. J. M. (2016). Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. *Educação*, 39(4), 3. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.24263>

- Rowell, L. L., Shosh, J. M., Bruce, C. D., & Riel, M. M. (2016). The palgrave international handbook of action research. Em *The Palgrave International Handbook of Action Research*. Palgrave Macmillan Ltd. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-40523-4>
- Schmidt, M. L. S. (2006). Pesquisa participante: Alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 17(2), 11–41.
- SEBRAE. (2021). *Cenário das Indicações Geográficas Brasileiras*.
- SEBRAE. (2024). Panorama das IGs brasileiras registradas. Em *SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDA2MDk0M2YtYjBmYS00ZTFjLThiOWQtOGI1ZDQ0MTA3YWExIiwidCI6Ijk3Mjk4Mjc4LTFiZDctNGFjNS05MzViLTg4YWwKZWY2MzZjYyIsImMiOjR9>
- Strand, R., & Freeman, R. E. (2015). Scandinavian Cooperative Advantage: The Theory and Practice of Stakeholder Engagement in Scandinavia. *Journal of Business Ethics*, 127(1), 65–85. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1792-1>
- Tanajura, L. L. C., & Bezerra, A. A. C. (2015). Pesquisa-Ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: Aproximações e especificidades metodológicas. *Rev. Eletrônica Pesquiseduca*, 7(13), 10–23.
- Thiollent, M. (2022). *Metodologia da pesquisa-ação* (18º ed). Cortez.
- Thiollent, M., & Silva, G. de O. (2007). Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. *RECIIS*, 1(1), 93–100.
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443–466.
- Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(63), 153–155.
- Vitorino, S. L., Malaguti, J. M. A., & Avrichir, I. (2023). *Estratégias sustentáveis nas Indicações Geográficas. Uma análise de conteúdo da conexão das Denominações de Origem com os ODS da ONU*. 4–19.